

Despacho (extrato) n.º 3064/2019

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 13 de março de 2019, no uso de competência delegada, é o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. António José Pinto da Fonseca Ramos, desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização.

13 de março de 2019. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

312138566

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS**Deliberação (extrato) n.º 324/2019**

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 11 de março de 2019:

Considerando o aumento do número de juizes em exercício de funções na secção de contencioso tributário do Tribunal Central Administrativo Sul, na sequência do despacho (extrato) n.º 12552/2018, do Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2019.

Considerando o significativo aumento do número de processos inscritos para julgamento em cada sessão e o prejuízo daí decorrente para o seu adequado e regular funcionamento.

Determina-se, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 32.º, e n.ºs 1 e 2, alínea g), do artigo 74.º, ambos do Estatuto dos Tribunais Administrativo e Fiscais, o seguinte:

A secção de contencioso tributário do Tribunal Central Administrativo Sul é desdobrada, passando a funcionar em duas subsecções.

A presente deliberação produz efeitos no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

15 de março de 2019. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Vitor Manuel Gonçalves Gomes*.

312147005

MINISTÉRIO PÚBLICO**Procuradoria-Geral da República****Despacho n.º 3065/2019**

Por ter decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro, cessaram as funções que o Senhor Coronel de Infantaria António Alberto dos Santos Araújo exerceu como Assessor Militar do Exército no Núcleo de Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto.

25 de fevereiro de 2019. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

312107064

Despacho n.º 3066/2019

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro, na sequência de proposta do Senhor Comandante-Geral

da Guarda Nacional Republicana em suplência, por reunir as condições legalmente exigíveis para o exercício do cargo, designadamente licenciatura em Direito, condição preferencial nos termos do n.º 4 do artigo 13.º, aplicável por força do n.º 2 do artigo 24.º, ambos da citada Lei, e por ter exercido funções de chefia e de formador nas áreas da justiça, investigação criminal, Direito Penal e em áreas de natureza financeira, nomeio o Tenente-Coronel Manuel Augusto Silva Caldeira para exercer as funções de Assessor Militar da Guarda Nacional Republicana no Núcleo de Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto.

As referidas funções serão exercidas em regime de acumulação, mantendo-se o entendimento expresso no Despacho n.º 1768/2006 (cf. DR de 23 de Janeiro, II, 16).

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação.

25 de fevereiro de 2019. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

312117213

Despacho n.º 3067/2019

Por ter decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro, cessaram as funções que o Senhor Coronel António José Cardoso Valente exerceu como assessor militar da GNR no Núcleo de Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto.

25 de fevereiro de 2019. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

312117173

Despacho n.º 3068/2019

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro, na sequência de proposta do Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército, por reunir as condições legalmente exigíveis para o exercício do cargo, nomeio o Coronel de Artilharia Jaime da Silva Sequeira para exercer as funções de Assessor Militar do Exército no Núcleo de Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto.

As referidas funções serão exercidas em regime de acumulação, mantendo-se o entendimento expresso no Despacho n.º 1768/2006 (cf. DR de 23 de janeiro, II, 16).

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação.

25 de fevereiro de 2019. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

312107129

Conselho Superior do Ministério Público**Despacho (extrato) n.º 3069/2019**

Licenciada **Violeta Vendas Mineiro**, procuradora-geral-adjunta a exercer funções no Supremo Tribunal Administrativo, cessa funções por efeito de aposentação/jubilização.

28 de fevereiro de 2019. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

312113374

**PARTE E****AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES****Despacho n.º 3070/2019**

1 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º da Norma de Serviço n.º 10/18, de 21 de dezembro de 2018 e do artigo 18.º dos Estatutos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, aprovados

pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, o Presidente do Conselho de Administração, Professor Doutor José António Figueiredo Almaça, subdelega os poderes para a direção dos procedimentos, nos seguintes termos:

i) Subdelegação no responsável pelo Departamento de Autorizações e Registo, Dr. Vicente Rato Barracas Mendes Godinho, relativamente aos processos identificados nas alíneas a) a l) do n.º 1 do artigo 1.º da mesma Norma de Serviço;